

Prazos e juros fora da rotina podem dificultar

— Ao que tudo indica, existem divergências entre o que as autoridades econômicas brasileiras estão pleiteando do Clube de Paris e o que este costuma conceder. Por exemplo, o reescalonamento das dívidas públicas dos países que tomaram muitos empréstimos de Governo a Governo, não vai além do prazo de cinco anos, com dois anos e meio de carência. Porém, no relatório feito pelo Brasil para pedir o reescalonamento, o prazo é de oito anos com três de carência.

Outro problema que certamente vai dificultar o acordo entre o Brasil e o Clube de Paris é a questão dos juros. Os US\$ 10 bilhões da dívida pública brasileira foram captados junto aos membros do Clube com juros que, na época, giravam em torno dos 7,7 por cento. Ora, quando o Clube de Paris aceita reescalonar uma dívida pública, ele o faz com juros atualizados.

Em outras palavras, mesmo que as negociações sejam bem-sucedidas, vai ser difícil chegar ao entendimento quanto às taxas de juros, pois atualmente elas são de 13 por cento, o que obrigaria o Governo brasileiro a pagar mais US\$ 100 milhões anuais em juros e serviço da dívida.

Os observadores acreditam que a recente assinatura da nova carta de intenções entre o Brasil e o Fundo Monetário Internacional vai diminuir a tensão e tranquilizar os diretores do Clube de Paris. No final do segundo dia de reuniões, as questões de fundo ainda não tinham sido discutidas.

● O Chefe da Assessoria Internacional do Ministério do Planejamento, José Botafogo Gonçalves, termina hoje sua visita de dois dias a Paris, durante a qual apresentou a proposta oficial de renegociação da dívida brasileira com o Clube de Paris.